



TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 06/2019, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA E A EMPRESA DAY SERVICE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

A União, por intermédio da Delegacia da Receita Federal em Araraquara (DRF AQA), com sede na Av. Rodrigo Fernando Grillo, 2.775, na cidade de Araraquara/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.460/0453-23, neste ato representada pela Sra. Andrea Helena de Castro, Chefe da Sapol da DRF AQA, nomeada pela Portaria nº 194, de 10 de maio de 2017, publicada no DOU de 16 de maio de 2017, inscrita no CPF 218.286.578-08, portadora da Carteira de Identidade nº 22.745.441-8 SSP-SP, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa Day Service Prestação de Serviços Eireli-ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.290.543/0001-68, sediada na Av. Evaristo Delfino Pinto, 701, em São Lourenço da Serra-SP doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Fernando Silva Ferreira, portador(a) da Carteira de Identidade nº 24.476.146, expedida pela SSP-SP e CPF nº 147.692.698-03, tendo em vista o que consta no Processo nº 15972.720003/2019-61 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 01/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação predial, visando a obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, inclusive materiais de higiene, a serem realizados nos prédios de uso da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araraquara e Agências jurisdicionadas localizadas nas cidades de São Carlos e Ibitinga, com dedicação exclusiva de mão de obra, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.



1.3 Os serviços continuados de limpeza, asseio e conservação predial serão prestados a favor da DRF/Araraquara nos seguintes endereços:

Nº DE POSTOS	SERVIÇO REQUERIDO (CBO 5143-20)	LOCALIZAÇÃO
01	Líder (44h)	DRF/Araraquara – SP – DRF/AQA
04	Servente (44h)	DRF/Araraquara – SP – DRF/AQA
01	Agente de higienização (44h)	DRF/Araraquara – SP – DRF/AQA
01	Agente de higienização (44h)	ARF/São Carlos – SP – ARF/SCO
01	Agente de higienização (44h)	ARF/Ibitinga – SP – ARF/IBT
FREQUÊNCIA	SERVIÇO REQUERIDO (CBO 5143-05)	LOCALIZAÇÃO
Semestral	Limpador de Vidro com periculosidade	DRF/Araraquara – SP – DRF/AQA
Semestral	Limpador de Vidro com periculosidade	ARF/São Carlos – SP – ARF/SCO
Semestral	Limpador de Vidro com periculosidade	ARF/Ibitinga – SP – ARF/IBT
DRF/Araraquara (DRF/AQA): Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araraquara Av. Rodrigo Fernando Grillo, 2775 – Jd das Flores - CEP: 14801-534 – Araraquara/SP Telefone: 16-3301-3400; Contato: Andrea Helena de Castro		
ARF/São Carlos (ARF/SCO): Agência da Receita Federal do Brasil em São Carlos Rua São Sebastião, 1.175, Parque Santa Mônica - CEP: 13.561-207 – São Carlos/SP Telefone: 16-3371-1264; Contato: Maria de Fátima Marques do Nascimento de Faria		
ARF/Ibitinga (ARF/IBT): Agência da Receita Federal do Brasil em Ibitinga Av. Dr. Teixeira, 371 – Centro – CEP: 14.940-000 – Ibitinga/SP Telefone: 16-3341-8614; Contato: João Batista dos Santos Mourão		



Área em metros quadrados dos locais de prestação dos serviços por tipo de área:

Local	Área interna – pisos frios/ acarpetados/ elevados	Área interna - banheiros	Área externa – passeios/ arruamentos	Área externa – pátios e áreas verdes com baixa frequência	Espaços Livres: Saguão, Hall e Salão	Almoxarifado/ Galpões	Esquadrias internas/ externas com risco
DRF/AQA	4.150,72	118,48	2.200,00	1.422,70	640,39	1.694,97	856,18
ARF/SCO	639,09	19,84	331,58	5,74	0,00	29,44	259,76
ARF/IBT	297,38	15,67	374,45	58,00	12,71	100,32	280,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 06/08/2019 e encerramento em 05/08/2020, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos :

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 27.999,73, perfazendo o valor total de R\$ 335.996,76.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.



4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/170322

Fonte: 0150251030

Programa de Trabalho: 089116

Elemento de Despesa: 339037-02

PI: LIMPEZA

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:



11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Justiça Federal em Araraquara/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Araraquara, 30 de julho de 2019.

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Em: 30 / 07 / 19

DANIELA ARRUDA MARCHESI
ATA – Matrícula: 1917654

MF/REB/SP DE # 06/DPF Araraquara/SP
Em, 30 / 07 / 19

Ricardo B. Junior
Matr. 250.002



AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº DRF AQA 06/2019

Day Service Prestação de Serviços Eireli-ME, inscrita no CNPJ nº 15.290.543/0001-68, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Fernando Silva Ferreira, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.476.146 e do CPF nº 147.692.698-03, **AUTORIZA** a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araraquara, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n.º 001/2018:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa Day Service Prestação de Serviços Eireli-ME, junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da Delegacia da Receita Federal em Araraquara, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

Araraquara, 30 de julho de 2019.

Fernando Silva Ferreira

Day Service Prestação de Serviços